

RESULTADOS
2025



ÂNGULO45 PARTICIPAÇÕES S.A.
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025

Cataguases, 26 de março de 2026 – A Administração da ÂNGULO45 PARTICIPAÇÕES S.A.

ÂNGULO45 PARTICIPAÇÕES S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	48	35
Tributos a recuperar		65	84
Outros créditos		-	5
Total do circulante		113	124
Não circulante			
Tributos a recuperar		19	-
Investimentos	6	48.049	51.112
Total do não circulante		48.068	51.112
Total do ativo		48.181	51.236

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ÂNGULO45 PARTICIPAÇÕES S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Impostos e contribuições sociais		8	19
Folha de pagamento		-	2
Outras contas a pagar		-	8
Total do circulante		8	29
Patrimônio líquido			
Capital social	7.1	56.476	25.193
Prejuízos acumulados		(8.533)	(5.269)
Adiantamento para futuro aumento de capital	5	230	31.283
Total do patrimônio líquido		48.173	51.207
Total do passivo e patrimônio líquido		48.181	51.236

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ÂNGULO45 PARTICIPAÇÕES S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	2025	2024
Despesas gerais e administrativas	8	(18)	(953)
Outras receitas/despesas		-	160
Equivalência patrimonial	6	(3.243)	(3.760)
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		(3.261)	(4.553)
Receitas financeiras		1	67
Despesas financeiras		(4)	(1)
Despesas financeiras líquidas		(3)	66
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		(3.264)	(4.487)
Imposto de renda e contribuição social diferido	9	-	8
Prejuízo do exercício		(3.264)	(4.479)
Prejuízo atribuível a:			
Acionistas da controladora		(3.264)	(4.479)
Prejuízo básico por ação - R\$		(0,16)	(311)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ÂNGULO45 PARTICIPAÇÕES S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Prejuízo do exercício		(3.264)	(4.479)
Itens que não serão reclassificados para a demonstração do resultado			
Outros resultados abrangentes		-	-
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos		(3.264)	(4.479)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ÂNGULO45 PARTICIPAÇÕES S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total atribuído aos acionistas controladores
Saldos em 01 de janeiro de 2024		40.917	(790)	-	40.127
Redução de capital social conf. Cisão parcial	7.1	(15.724)	-	-	(15.724)
Prejuízo do exercício		-	(4.479)	-	(4.479)
Adiantamento para futuro aumento de capital	5	-	-	31.283	31.283
Saldos em 31 de dezembro de 2024		25.193	(5.269)	31.283	51.207
Aumento de capital com AFAC conf. AGOE de 24/04/2025	7.1	31.283	-	(31.283)	-
Prejuízo do exercício		-	(3.264)	-	(3.264)
Adiantamento para futuro aumento de capital	5	-	-	230	230
Saldos em 31 de dezembro de 2025		56.476	(8.533)	230	48.173

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

ÂNGULO45 PARTICIPAÇÕES S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Atividades operacionais			
(Prejuízo) do exercício		(3.264)	(4.479)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	9	-	(8)
Receitas com juros, variações monetárias		(1)	(70)
Resultado de equivalência patrimonial	6	3.243	3.760
Depreciação e amortização	8	-	(1)
Redução (aumento) dos ativos			
Tributos a recuperar		-	(18)
Outros créditos		5	7
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		-	(10)
Impostos e contribuições sociais		(11)	1
Folha de pagamento		(2)	(328)
Outras contas a pagar		(8)	8
Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais		(38)	(1.138)
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras e recursos vinculados		1	70
Aumento de capital em controladas	6	(180)	(31.630)
Alienação de bens do imobilizado e intangível		-	28
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		(179)	(31.532)
Atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital	5	230	31.283
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento		230	31.283
Variação líquida do caixa		13	(1.387)
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	4	35	1.422
Caixa mais equivalentes de caixa finais	4	48	35
Variação líquida do caixa		13	(1.387)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Ângulo45 Participações S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Ângulo45 Participações S.A (“Companhia”), sociedade anônima de capital fechado que tem por objeto social a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, no Brasil ou no Exterior, como sócio ou acionista. A Companhia possui sede na cidade de Uberlândia, estado de Minas Gerais,

2. Apresentação das demonstrações financeiras

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a *IFRS Accounting Standards* emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia, e foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados reais de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

3. Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Políticas contábeis materiais

- a. **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido, sujeitas a risco insignificante de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

- b. **Investimentos** - os investimentos em subsidiárias são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, nas demonstrações financeiras, tomando-se por base os patrimônios líquidos das investidas na data do balanço;
- c. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- d. **Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente** - os tributos correntes sobre o lucro são mensurados pelo valor esperado recuperado ou pago às autoridades fiscais, aplicando-se as alíquotas e a legislação tributária vigentes ou substancialmente promulgadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de adicional de 10% sobre a parcela do lucro tributável que exceder R\$ 240 mil no período de apuração. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo, após as adições e exclusões previstas na legislação tributária.

Ativos e passivos fiscais correntes são apresentados líquidos no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem o direito legal de compensá-los perante a mesma autoridade tributária e a legislação tributária permite a liquidação pelo montante líquido. A Companhia e suas controladas têm normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionam com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e quando há intenção de liquidá-los em base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em conformidade com o ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia e suas controladas avaliam se é provável que a autoridade tributária aceitará determinado tratamento tributário adotado. Quando se conclui que a aceitação do tratamento tributário é improvável, o efeito da incerteza sobre os tributos correntes ou diferidos é refletido no resultado do exercício pelo método que melhor estime a resolução da incerteza.

- e. **Resultado por ação** - o resultado por ação básico e diluído são calculados por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e da média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado considerando o efeito de instrumentos dilutivos, quando aplicável;
- f. **Instrumentos financeiros.**

O CPC 48 simplificou o modelo de mensuração atual para ativos financeiros e estabeleceu três categorias de mensuração: (i) a custo amortizado; (ii) a valor justo por meio do resultado ("VJR"); e (iii) a valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), dependendo do modelo de negócios e as características dos fluxos de caixa contratuais. Quanto ao reconhecimento e mensuração de passivos financeiros, não houve alterações significativas em relação aos critérios atuais, com exceção ao reconhecimento de mudanças de risco de crédito próprio em outros resultados abrangentes para aqueles passivos designados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a

data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas específicas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de

juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos exercícios anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2025, compreendem saldos a pagar a fornecedores.

Reconhecimento inicial e mensuração – os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado, ou como derivativos

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente – a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Classificação e Mensuração	
Valor justo por meio do resultado	Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de <i>hedge</i> nas relações de <i>hedge</i> definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de <i>hedge</i> eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.
Custo amortizado	Após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB – International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais portanto não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações financeiras.
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, ainda não vigentes

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) – Apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 – Subsidiárias sem responsabilidade pública: divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a eletricidade dependente de condições naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de "uso próprio", entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	48	35
Total - Circulante	48	35

5. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Alsol Energias Renováveis S/A (100,0% do capital total), que por sua vez é controlado pela Energisa S/A (89,70% do capital total).

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Recursos destinados a futuro aumento de capital ⁽¹⁾
Alsol Energias Renováveis S/A	(230)
2025	(230)
2024	(31.283)

⁽¹⁾ Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados.

6. Investimentos

	Controladora	
	2025	2024
Participação em controladas	48.049	51.112
Total	48.049	51.112

Participação em controladas:

	2025								
	Informações sobre a controladas								
	Capital Social	Nº ações/cotas detidas	%	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Ângulo45 Empreendimentos	54.023	31.641.963	100	81.711	33.662	48.049	(3.243)	(3.243)	48.049
								(3.243)	48.049

	2024								
	Informações sobre a controladas								
	Capital Social	Nº ações/cotas detidas	%	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício	Equivalência Patrimonial	Investimentos
Ângulo45 Empreendimentos	22.393	12	100	86.630	35.518	51.112	(3.760)	(3.760)	51.112
								(3.760)	51.112

Movimentação dos investimentos:

Controlada	Saldos em 2024	Aquisição/Adiantamento para futuro aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Saldos em 2025
Ângulo45 Empreendimentos	51.112	180	(3.243)	48.049
Total	51.112	180	(3.243)	48.049

Controlada	Saldos em 2023	Redução de capital	Aquisição/Adiantamento para futuro aumento de capital	Equivalência Patrimonial	Saldos em 2024
Ângulo45 Empreendimentos	38.966	(15.724)	31.630	(3.760)	51.112
Total	38.966	(15.724)	31.630	(3.760)	51.112

7. Patrimônio líquido

7.1 Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é de R\$56.476 (R\$25.193 em 2024) e está representado por 31.297.642 (14.642 em 2024) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2025, foi aprovada o aumento de capital montante de R\$31.283, mediante a emissão de 31.283.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão no valor de R\$1,00 (um real) por ação, passando o capital social de R\$25.193 para R\$56.476.

As novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são, nesta data, totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Alsol Energias Renováveis S.A., mediante capitalização de valor disponível na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pela acionista até 31 de dezembro de 2024, conforme devidamente reconhecido e registrado na escrituração contábil da Companhia.

8. Despesas gerais e administrativas

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem as seguintes composições por natureza de gastos:

Natureza do gasto	2025	2024
Pessoal e administradores	10	250
Serviços de terceiros	1	655
Depreciação e amortização	-	1
Outras	7	47
Total	18	953

9. Despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	2025	2024
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(3.264)	(4.479)
Alíquota fiscal combinada nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas fiscais nominais	1.109	1.523
Ajustes:		
Resultado de equivalência patrimonial	(1.102)	(1.278)
Créditos tributários não constituídos no exercício	(7)	(237)
Imposto de renda e contribuição social	-	8
Alíquota efetiva	0,00%	0,53%

10. Resultado por ação

	2025	2024
Numerador		
Resultado do exercício	(3.264)	(4.479)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	20.870	15
Prejuízo básico e diluído por ação ⁽¹⁾	(0,16)	(299)

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor.

11. Cobertura de seguros

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada	Prêmio Total
			2025
Riscos Operacionais	06/10/2026	90.000	214
Vida em Grupo e Acidentes Pessoais (*)	31/01/2028	343	1
Total			215

12. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da empresa, são:

Descrição	2025	2024
Atividades de investimentos		
Aumento (redução) de capital	31.283	(15.724)

...